

**INCENTIVANDO E APOIANDO A CRIAÇÃO, MANEJO E INTEGRAÇÃO ENTRE  
RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPNs)**

**ENCOURAGING AND SUPPORTING THE ESTABLISHMENT, MANAGEMENT AND  
COOPERATION OF “PRIVATE RESERVES OF NATURAL HERITAGE”**

CARLOS ALBERTO BERNARDO MESQUITA<sup>1</sup>  
FLÁVIO SANTOS LEOPOLDINO<sup>1</sup>

**Resumo**

Áreas naturais protegidas estabelecidas em terrenos privados constituem uma importante ferramenta para a conservação da biodiversidade, sendo complementares aos esforços públicos para proteção da natureza. O incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) em áreas prioritárias para a conservação é considerada estratégica para a implantação do Corredor Central da Mata Atlântica. Este artigo relata a experiência de uma organização ambientalista que vem promovendo, desde 1996, o crescimento do número e da superfície protegida em RPPNs no Sítio do Patrimônio Natural do Sul da Bahia.

**Abstract**

Protected areas established on private land are an important tool for biodiversity conservation, complementing the government efforts to protect nature. Encouraging the establishment of *Private Reserves of Natural Heritage* (RPPN, as its portuguese acronym) in areas of conservation priority is considered strategic for the implementation of the Central Corridor of Atlantic Forest. This paper shows a NGO' experiment to increase the quantity and space of protected areas under RPPN in the World Natural Heritage Site of Southern Bahia.

**Introdução**

Desde a criação da primeira área protegida tal qual definem-se hoje, o Parque Nacional de Yosemite, em 1872, milhares de quilômetros quadrados tem sido destinados à conservação, quase sempre por decisão dos órgãos governamentais. No entanto, o crescimento populacional e o resultante aumento da demanda por bens e serviços ambientais, além da redução dos orçamentos públicos destinados à conservação da natureza, tem limitado cada vez mais a criação de áreas protegidas públicas (McNEELY, 1984).

Nesse contexto, as áreas naturais protegidas estabelecidas em terrenos privados vem se constituindo como uma importante ferramenta complementar aos esforços públicos para proteção da biodiversidade. Muitos autores têm demonstrado a importância de se implementar reservas privadas no entorno de Unidades de Conservação, seja formando zonas de amortecimento ou corredores ecológicos (ALDERMAN, 1994; LEES, 1995; MUNRO, 1995; LANGHOLZ, 1996; MITCHELL & BROWN, 1998; LANGHOLZ, 1999; MESQUITA, 1999).

---

<sup>1</sup> Engenheiros Florestais, MSc., Núcleo de Ecoturismo e Áreas Protegidas, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB).

Proprietários de terras aplicando voluntariamente restrições de uso dos recursos naturais em suas propriedades, contando em muitos casos com o reconhecimento oficial do governo, não é uma estratégia de todo nova. Reservas privadas podem ser encontradas em vários países, algumas datando do final do Século XIX. Na Inglaterra, a primeira Reserva da Natureza Wicken Fen, criada pelo National Trust, data de 1899, tendo sido criada para assegurar a proteção de um determinado grupo de plantas (DUFFEY, 1990, citado por MORSELLO & MANTOVANI, 1997).

Muitos países possuem reservas criadas pela iniciativa dos seus proprietários, sejam indivíduos, famílias, empresas, comunidades ou organizações da sociedade civil sem fins lucrativos. O Programa do Patrimônio Natural desenvolvido na África do Sul, assim como os Sítios de Importância para a Conservação, no mesmo país, são dois exemplos (COHEN, 1995). O sistema de reservas naturais privadas administrado pela The Nature Conservancy (TNC) nos Estados Unidos, com mais de 500 mil hectares, é outro caso exitoso de estabelecimento de áreas protegidas privadas (MURRAY, 1995).

### **Reservas naturais privadas no Brasil**

No Brasil, desde a Lei Florestal de 1934, está prevista a destinação de espaços naturais para proteção por iniciativa de proprietários rurais, que eram denominados “Florestas Protetoras” (IBAMA, 1997). O Código Florestal de 1965, que revogou a lei anterior, embora não tenha estabelecido uma categoria para reservas privadas, manteve a possibilidade dos proprietários privados destinarem terras para a proteção permanente dos recursos, se assim desejarem, remetendo porém o detalhamento deste instrumento para regulamentação posterior (MESQUITA, 1999).

Até 1977, não havia regras que regulamentassem a criação de reservas privadas no Brasil. Nesse ano, uma portaria do extinto IBDF, determinou o reconhecimento de terras privadas como “Refúgios Particulares de Animais Nativos”, voltado sobretudo para proteger fazendas cujos proprietários não queriam permitir a caça em suas terras, mesmo nos períodos e regiões onde isso seria permitido (WIEDMANN, 1997).

Nove anos depois, a Portaria IBAMA 277/88 revogou a regra anterior e criou as “Reservas Particulares de Fauna e Flora”, que amparavam não apenas as proibições de caça mas também aqueles proprietários com interesse conservacionista (IBAMA, 1997a). Não há informações precisas sobre o número e a área protegida no país sob esta categoria, mas pode-se citar que apenas no Sul da Bahia haviam 5 reservas com este reconhecimento. Várias das atuais RPPNs eram antes Refúgios ou Reservas de Fauna e Flora.

No entanto, as reservas privadas brasileiras ainda não possuíam um instrumento forte de reconhecimento, que estabelecesse inclusive os benefícios oferecidos aos proprietários como reconhecimento e incentivo à conservação. Somente em 1990, através do Decreto 98.914, de 31 de janeiro, é que foram detalhadas as regras para a conservação da natureza em terras privadas. Nesse momento surgiu o conceito e os principais preceitos das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, tendo sido estabelecidas as atividades permitidas, a forma de incentivo e os benefícios oferecidos aos que destinassen suas terras para a proteção do patrimônio natural (IBAMA, 1997b).

Para corrigir alguns desvios e definir mais claramente a aplicação deste instrumento de conservação, foi assinado em 5 de junho de 1996 o Decreto Federal 1.922, estabelecendo a possibilidade de RPPNs serem reconhecidas pelos órgãos ambientais estaduais, determinando também seu caráter perpétuo.

Desde 1990, foram criadas 340 reservas em todo o país, sem contar as reconhecidas por órgãos estaduais, totalizando uma superfície protegida de quase 480 mil hectares (segundo dados do sítio do IBAMA na Internet, em 25 de maio de 2002). Mas foi somente em 2000 que as RPPNs conquistaram o *status* de Unidades de Conservação, com a aprovação da Lei 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), fazendo do Brasil o único país da América Latina a incluir as reservas privadas no seu sistema de áreas protegidas oficial. Embora sejam consideradas como unidades de “uso sustentável” pela Lei do SNUC, o veto presidencial ao Ítem III, Par. 2º, Art. 21, as coloca “de fato” entre o grupo de “proteção integral”.

No Estado da Bahia, entre 1990 e 1995, foram criadas apenas 6 RPPNs, totalizando 2.600 hectares. Na região Sul do estado, onde encontram-se um dos mais importantes conjuntos de remanescentes da Mata Atlântica brasileira, com altos índices de diversidade biológica e endemismo, havia até fevereiro de 1996 apenas uma RPPN (ARAÚJO *et al.*, 1997).

Em fevereiro de 1996, o Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB), organização ambientalista de caráter técnico-científico sediada em Ilhéus, iniciou um projeto de incentivo à criação de RPPNs no Sul da Bahia, tendo como missão incrementar a divulgação deste programa, apoiar os proprietários interessados na preparação da documentação necessária, acompanhar o trâmite do processo, além de auxiliar o IBAMA nas vistorias, disponibilizando pessoal capacitado, equipamentos e veículos. Este artigo conta um pouco da história, dos resultados e das lições aprendidas até o momento com este projeto.

Atualmente na Bahia existem 43 RPPN's, sendo 12 aqui na Região Cacaueira, onde há outras 7 em processo de criação. Todas juntas somam mais de 31 mil hectares, distribuídos entre a Mata Atlântica, a Caatinga e uma pequena porção no Cerrado.

## **Histórico**

### **Primeira fase (1996-1999):**

Desde fevereiro de 1996, o IESB executa o Programa de Divulgação e Apoio à Criação e Implementação de RPPNs no Sul da Bahia, que oferece aos proprietários com interesses conservacionistas orientação para o reconhecimento de suas áreas como Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Este projeto conta com o apoio da Conservation International e recursos da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (US-AID).

Em sua 1ª fase, entre 1996 e 1998, teve como objetivo divulgar o programa do IBAMA e as vantagens de se criar Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), incentivando proprietários de áreas ecologicamente relevantes a estabelecerem reservas, sobretudo no entorno de unidades de conservação. Além da assessoria técnica sem custo para os proprietários, o programa oferece ao escritório

local do IBAMA a logística necessária para a agilização dos processos, tais como veículo e combustível para as vistorias, mapas digitalizados sobre fotos aéreas ou imagens de satélite, fotos da propriedade e informações biológicas, quando disponíveis.

A partir da vistoria, sendo a área recomendada pelo IBAMA para reconhecimento como RPPN, a equipe do IESB inicia uma estratégia de acompanhamento do processo junto ao IBAMA, procurando resolver com agilidade possíveis problemas ou dúvidas na documentação ou no laudo de vistoria, mantendo sempre o proprietário informado sobre o andamento do processo. Como resultado desta fase, que contou com uma ampla divulgação em eventos regionais, mídia, prefeituras, órgãos públicos, sindicatos rurais e associações de produtores, além da realização do I Encontro Estadual de Proprietários de RPPNs, foram criadas 5 novas RPPNs, em uma região onde só havia uma propriedade com este título, e outras 7 entraram em processo de reconhecimento.

O próprio IESB, utilizando recursos de doações, adquiriu uma fazenda ao lado da Reserva Biológica de Una, área que abriga um importante fragmento de mata na zona de amortecimento desta reserva, e montou ali a RPPN Ecoparque de Una, primeiro projeto demonstrativo de ecoturismo em terras privadas do nordeste. Reconhecido atualmente como Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, o Ecoparque de Una consolida-se como um importante centro de pesquisas e educação ambiental, tendo recebido mais de 12 mil visitantes desde 1998, quando foi aberto ao público. Trata-se de um projeto que virou referência a nível nacional, seja pela qualidade de seus monitores e intérpretes ambientais, todos da comunidade vizinha à RPPN, seja por abrigar a primeira passarela suspensa pela copa das árvores do Brasil.

### **Segunda fase (1999-2001):**

A partir de 1999, com a estratégia de divulgação e assessoria aos proprietários consolidada, iniciou-se uma segunda fase do programa, que prevê o apoio à implementação de fato e ao incremento da efetividade de manejo das reservas privadas do Sul da Bahia. Não basta apenas esforçar-se em apoiar a criação de reservas particulares. É necessário também criar mecanismos e estruturas que assegurem aos proprietários dessas reservas o apoio necessário para sua implementação.

A Reserva Natural Serra do Teimoso, RPPN reconhecida em 1997, foi escolhida para ser o projeto piloto desta nova fase, tanto pelo interesse e dedicação de seus proprietários à conservação e proteção do patrimônio natural, quanto pela diversidade e importância ecológica desta área, localizada em zona de transição entre a Floresta Ombrófila Densa e a Floresta Ombrófila Mista.

Com o apoio da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Beneficia Foundation, Projeto Mata Atlântica Nordeste, USAID e a Conservation International, foi possível iniciar o processo de planejamento e implementação dessa reserva. Em 1998 iniciou-se o projeto “Educação Ambiental e Apoio à Pesquisa Científica na Reserva Particular do Patrimônio Natural Serra do Teimoso”, que obteve os seguintes resultados:

- Elaboração e publicação do Plano de Utilização da reserva, priorizando seu zoneamento e Programas de Uso Público e Investigação;

- Implementação de uma trilha interpretativa para visitantes, turistas e participantes de projetos regionais de educação ambiental;
- Reforma de uma antiga casa, transformada em alojamento para pesquisadores e visitantes;
- Atividades de educação ambiental com mais de 250 alunos das escolas públicas do município de Jussari;
- Aquisição de equipamentos (computador, impressora, veículo, sistema de telefonia) para auxiliar projetos de pesquisa e eventos (o II Encontro de Proprietários de RPPNs da Bahia, quando foi criada a PRESERVA, ocorreu nesta RPPN, por exemplo);
- Contratação de 2 funcionários para proteção e manutenção da reserva.

Para dar continuidade às ações já implementadas, esforços do IESB, The New York Botanic Garden e Projeto Mata Atlântica Nordeste, conseguiram recursos junto a Beneficia Foundation em 2001 para dotar a reserva com um veículo tracionado, telefone rural e manutenção de dois funcionários para fiscalização e auxílio a pesquisa e a construção de uma plataforma de observação com 34 metros de altura. Em abril de 2002, a Reserva Natural da Serra do Teimoso sediou o primeiro curso de ecologia de dossel da América do Sul, promovido pela UNICAMP e Global Canopy Programme, com apoio da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.

A partir de 1999, mais 6 RPPNs foram criadas na região e atualmente a equipe do IESB acompanha a tramitação de 22 processos. O estado da Bahia é hoje o segundo em número de RPPNs reconhecidas pelo IBAMA, sendo que quase boa parte dessas receberam algum tipo de apoio ou orientação do IESB em sua criação. O Quadro à seguir mostra a lista das RPPNs que receberam apoio deste projeto em sua criação e/ou manejo.

### **Terceira fase (2001...):**

A experiência bem sucedida em incentivar a criação de RPPNs, apoiar os proprietários e o IBAMA no processo de reconhecimento, planejar e viabilizar a implementação do manejo na Reserva Natural da Serra do Teimoso e no Ecoparque de Una, demonstrou que era hora de ampliar o alcance do programa.

**QUADRO 1:** RPPNs NO SUL DA BAHIA APOIADAS PELO PROGRAMA DE DIVULGAÇÃO E INCENTIVO À CRIAÇÃO E AO MANEJO DE RESERVAS PRIVADAS, IESB.

RPPN	Área (ha)	Município	Portaria IBAMA
Salto Apepiquei	118,00	Ilhéus	22/96-N
Serra do Teimoso	200,00	Jussari	93/97-N
Faz. São João	25,00	Ilhéus	22/97-N
Arte Verde	10,00	Ilhéus	114/98-N
Araçari	110,00	Itacaré	138/98-N
Ecoparque de Una	83,00	Una	53/99-N
Jindiba	4,70	Uruçuca	26/00-N
Paraíso	26,00	Uruçuca	36/00-N
Pedra do Sabiá	22,00	Itacaré	155/01
Sapucaia	18,50	Marauí	52/02
Juerana	27,00	Marauí	70/02

O Corredor Central da Mata Atlântica, previsto no contexto do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7), é uma estratégia de conservação que tem por objetivo restabelecer e conservar a conectividade ecológica entre os fragmentos florestais localizados ao longo do litoral norte do Espírito Santo e sul da Bahia. Em sua porção baiana, dividida entre “Baixo Sul”, “Sul” (Região Cacaueira) e “Extremo Sul”, encontram-se as maiores áreas de Mata Atlântica do nordeste, e a maior concentração de florestas de baixada de todo o bioma. É considerada pelos cientistas como um “*hotspot*”, termo empregado para definir regiões de elevada biodiversidade, alto índice de endemismo e fortemente ameaçadas. Não por outra razão, o Sul da Bahia é considerado Patrimônio Natural Mundial e zona núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Neste contexto, e considerando que a criação de RPPNs constitui-se em forte aliada da estratégia de implementação do Corredor Central (MESQUITA, 1999b; AYRES *et al.* 1997; TIMMERS *et al.*, 2002), o IESB iniciou uma parceria com o Centro de Conservação da Biodiversidade (CBC), da Conservation International, com o objetivo de difundir esta experiência em outras regiões fora da área foco do projeto, especialmente o “Baixo Sul” e o “Extremo Sul” da Bahia, dentro do Corredor. Ainda em 2002, estão previstas reuniões públicas e seminários, para divulgar o conceito de corredores e o programa RPPNs. Além disso, há um esforço de integração e cooperação entre organizações ambientalistas e órgãos governamentais para incentivar proprietários e conquistar novos aliados, ampliando em número de reservas e superfície protegida o alcance das Reservas Particulares do Patrimônio Natural nesta região.

**QUADRO 2:** FASES E ATIVIDADES DO PROGRAMA DE DIVULGAÇÃO E INCENTIVO À CRIAÇÃO E AO MANEJO DE RPPNs NO SUL DA BAHIA, IESB

Fases	Atividades
Primeira (1996-1999)	Divulgação do Programa RPPNs do IBAMA; incentivo a criação de reservas; apoio aos proprietários interessados; suporte ao IBAMA; acompanhamento do processo de criação.
Segunda (1999-2001)	As mesmas da primeira fase, e mais: apoio à implementação e gestão da reserva.
Terceira (2001...)	As mesmas da segunda fase, e mais: suporte e orientação à programas de criação de RPPNs em regiões fora da área foco; capacitação de proprietários; mobilização e incentivo à criação de associações estaduais, regionais ou por bioma.

Outra iniciativa que se inicia é a elaboração de planos de manejo para as RPPNs criadas, aplicando também ferramentas de avaliação da efetividade de manejo dessas áreas, no intuito de melhorar e monitorar a eficiência do manejo dessas Unidades de Conservação. Para tanto, está sendo apresentada uma proposta para o Fundo Nacional do Meio Ambiente, que permitirá, se aprovada, a elaboração do plano de gestão de 3 RPPNs no Sul da Bahia. A parceria com o CBC-CI permitirá também aplicar a metodologia de determinação da efetividade de manejo de áreas protegidas em 6 RPPNs localizadas no Corredor Central, até o final de 2002.

### **Associação de proprietários**

Em agosto de 2000, por ocasião da inauguração das novas instalações da Reserva Natural da Serra do Teimoso, foi realizado nesta RPPN o II Encontro Estadual de Proprietários de RPPNs da Bahia. Estiveram presentes proprietários de 18 reservas privadas do estado, além de representantes de órgãos governamentais, ambientalistas e os coordenadores de RPPNs do IBAMA em Brasília e na Bahia.

Este encontro teve como objetivo promover o intercâmbio de informações e a troca de experiências entre os proprietários e instituições públicas e privadas. Como resultado, foi criada a Associação dos Proprietários de Reservas Particulares da Bahia, que adotou a sigla PRESERVA, tendo como principal objetivo congregar os proprietários de RPPNs e outras reservas privadas, promover o intercâmbio de experiências e buscar mais incentivos para a criação e o manejo dessas reservas.

No momento, a PRESERVA conta com uma diretoria provisória e, em parceria com o IESB será responsável pelo Projeto de Mobilização e Capacitação de Proprietários de RPPNs do Nordeste, levando sua experiência para os demais estados, incentivando a criação de associações de proprietários por estado, por bioma ou por região.

### **Mobilização e capacitação**

Ainda com o intuito de difundir as experiências aprendidas com este programa, e objetivando fomentar a integração entre as RPPNs do nordeste, o IESB apresentou ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, em parceria com a PRESERVA, uma proposta para mobilização e capacitação de proprietários de RPPNs dos 9 estados nordestinos. Este projeto permitirá a realização de 3 eventos de treinamento e mobilização de proprietários, abrangendo difusão de conhecimentos e técnicas para uma melhor gestão dessas unidades de conservação e o incremento de sua efetividade de manejo. Além desses 3 eventos, o projeto se propõe a organizar um encontro nordestino de RPPNs, ao final do projeto, entendendo que existem especificidades dentre estas reservas que devem ser debatidas de maneira conjunta.

Como resultados esperados, é desejável que seja criada pelo menos uma associação de proprietários de RPPNs de caráter regional, ou mais de uma de caráter estadual. Isso dependerá da capacidade de mobilização em cada região ou estado, podendo também haver a formação de associações por Bioma (Mata Atlântica e Caatinga).

Nos eventos de capacitação, serão priorizados temas como planejamento e gestão de unidades de conservação, educação ambiental para o entorno, técnicas de monitoramento e mitigação de impactos ambientais, manejo de visitantes em áreas

naturais e elaboração de projetos conservacionistas. Estes treinamentos serão dados pela equipe técnica do projeto e pelos consultores contratados. No componente de mobilização dos proprietários, os coordenadores da PRESERVA (Associação dos Proprietários de Reservas Particulares da Bahia), única associação do nordeste atualmente, irão compartilhar sua experiência na aglutinação e associação dos proprietários, apresentando as vantagens e os desafios a serem transpostos para a criação e consolidação de uma entidade representativa das RPPNs.

O objetivo final deste projeto é oferecer ao conjunto dos proprietários de RPPNs do nordeste um conhecimento básico sobre como orientar as atividades em suas RPPNs e como planejar novas ações de conservação. O intercâmbio de informações e experiências, através da formação de uma rede regional de proprietários, será priorizado, a partir dos eventos de capacitação e mobilização e do encontro regional, quando se terá a oportunidade de compartilhar problemas, soluções e oportunidades de cooperação.

O IESB é responsável também pela manutenção da lista eletrônica de discussão sobre reservas privadas, com cerca de 120 participantes que funciona no domínio [www.yahogroups.com/reservasprivadas](http://www.yahogroups.com/reservasprivadas). Esta lista, ativa desde julho de 2000, já veiculou mais de 1.100 mensagens, divulgando eventos, promovendo debates, integrando proprietários, permitindo fluir informação entre as RPPNs que têm acesso à Internet.

### **Lições aprendidas**

Nestes quase seis anos de programa, identificou-se que os principais motivos para a criação de RPPNs entre os proprietários rurais do Sul da Bahia são a garantia da preservação do patrimônio natural que sua família tem assegurado, em alguns casos por mais de três gerações, a possibilidade de apoio dos órgãos ambientais governamentais e entidades ambientalistas, principalmente para divulgação, pesquisas e proteção, e a garantia da manutenção de seu patrimônio frente às pressões sociais por distribuição de terras. No caso do Sul da Bahia, onde a malha fundiária é caracterizada por médias propriedades, a isenção do ITR não tem representado de fato um estímulo para a criação de RPPNs.

Está claro que para aumentar este interesse é preciso adotar estratégias diferenciadas, de acordo com o perfil do proprietário. Desse modo, para incentivar a criação de RPPNs em propriedades particulares no entorno da Reserva Biológica de Una, onde existem expressivos remanescentes florestais e a maioria dos proprietários têm suas atenções voltadas para a produção agrícola – são produtores rurais - o IESB tem fomentado alternativas agrícolas sustentáveis, que agreguem valor econômico aos produtos e melhorem a produtividade das áreas de produção, propondo a averbação da Reserva Legal e a criação de RPPNs como uma espécie de “compensação” pela assistência técnica recebida. A Cooperativa de Produtores Orgânicos do Sul da Bahia (CABRUCA), tem sido um dos principais alvos dessa estratégia.

Para o caso das regiões onde é possível compatibilizar conservação com desenvolvimento turístico, como a zona costeira da Área de Proteção Ambiental de Itacaré – Serra Grande, por exemplo, a estratégia adotada se direcionada para prestar assessoria e orientação no planejamento, formatação e operação de atrativos e

equipamentos ecoturísticos. Pouco a pouco, os proprietários envolvidos descobriram que associar seus empreendimentos a iniciativas de conservação pode valorizar seus negócios e ser um diferencial no mercado.

Por outro lado, criar linhas de financiamentos específicas para investimentos em RPPNs, sobretudo os de caráter comercial (hospedagem, equipamentos, transporte, marketing, etc.), que reconheçam os serviços ambientais prestados, seria outra forma de aumentar o número de adeptos deste tipo de Unidade de Conservação. Neste momento, algumas organizações estudam a criação de um fundo de apoio ao manejo de RPPNs, que seria implantado em sua fase piloto nas regiões do Corredor Central da Mata Atlântica e no corredor da Serra do Mar. Espera-se que esta iniciativa aumente o interesse dos proprietários da região em proteger os remanescentes florestais que encontram-se dentro de suas terras.

Para finalizar, cabe citar um trecho do depoimento de Henrique Berbert, proprietário da Reserva Natural da Serra do Teimoso, uma das primeiras RPPNs da região, sobre como seus vizinhos viam e vêem a decisão da sua família: “*No início o pessoal acha estranho, pensa que se está doando a terra para o governo e que esse negócio de preservar a natureza é coisa de quem não tem com que se preocupar. Depois, com a degradação do ambiente, aquele vizinho que guardou um pedaço de mata, que protegeu a nascente do rio, que deixou em pé as árvores que serviam de abrigo e alimento para muitas espécies ameaçadas de extinção, é tratado como um visionário, alguém que enxergou longe e faz a coisa certa: protege os recursos naturais que se encontram dentro da sua propriedade.*”

### Referências Bibliográficas

- ALDERMAN, C. L.. *The economics and the role of privately-owned lands used for nature tourism, education and conservation*. In: Munasinghe, M; McNeely, J. eds. Protected areas, economic and policy: linking conservation and sustainable development. World Bank / IUCN, 1994. p.273-317.
- ARAUJO, M.; ALGER, K.; ROCHA, R.; MESQUITA, C .A. B. *A Mata Atlântica do sul da Bahia: situação atual, ações e perspectivas*. São Paulo, Brasil, Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**, Caderno 8, 1998. 35p.
- AYRES, J. M.; FONSECA, G. A . B.; RYLANDS, A . B.; QUEIROZ, H. L.; PINTO, L.P. S.; MASTERSON, D.; CAVALCANTI, R.. *Abordagens inovadoras para conservação da biodiversidade do Brasil: os corredores ecológicos das florestas neotropicais do Brasil*. **Projeto Parques e Reservas**, IBAMA, Versão 3.0. Brasília, DF, 1997.
- COHEN, M. *The South African Natural Heritage Program: a new partnership among government, landowners, and the business sector*. In McNeely, J A ed. Expanding partnerships in conservation. USA, IUCN, 1995. p.252-260.
- IBAMA. *Programa de Reserva Particular do Patrimônio Natural, RPPN: uma inovação no contexto da conservação brasileira*. Brasília, DF, Diretoria de Ecossistemas, IBAMA, 1997a. 27p.

- \_\_\_\_\_. *Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Conservação e Sociedade*. Brasília, Folheto do Programa de RPPN's. DF, 1997b.
- LANGHOLZ, J. *Economics, objectives and success of private nature reserves in Sub-Saharan Africa and Latin America*. *Conservation Biology* 10(1):271-280.1996.
- LANGHOLZ, J.F. *Conservation cowboys: privately-owned parks and the protection of biodiversity in Costa Rica*. PhD. Dissertation. Cornell University. 1999. 269p.
- LEES, A. *Innovative partners: the value of nongovernment organizations in establishing and managing protected areas*. In McNeely, J A ed. *Expanding partnerships in conservation*. USA, IUCN, 1995. p.188-196.
- MCNEELY, J A. *Protected areas are adapting to new realities*. In McNeely, J A; Miller, K R eds. *National parks, conservation, and development: the role of protected areas in sustaining society*. USA, Smithsonian, 1984. p.1-7.
- MESQUITA, C A B. *Conservación privada en América Latina: el caso de las Reservas Particulares del Patrimonio Natural, Brasil*. Sarapiquí, Costa Rica. Informe elaborado para el II Congreso Interamericano de Conservación Privada. 1999. 7p.
- MESQUITA, C A B. *Caracterización de las reservas naturales privadas en América Latina*. Tesis Mag. Sc. CATIE. Turrialba, Costa Rica, 1999. 80p.
- MITCHELL, B A; BROWN, J L. *Stewardship: a working definition*. *Environments*, 1998. 26(1):8-17.
- MORSELLO, C; MANTOVANI, W.. *Mecanismo de seleção de RPPN: uma crítica*. Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Curitiba, Brasil. Universidade Livre do Meio Ambiente, 1997. p.15-30.
- MUNRO, D A. *New partners in conservation: how to expand public support for protected areas*. In McNeely, J A ed. *Expanding partnerships in conservation*. USA, IUCN, 1995. p.13-18.
- MURRAY, W. *Lessons from 35 years of private preserve management in the USA: the preserve system of The Nature Conservancy*. In McNeely, J A ed. *Expanding partnerships in conservation*. USA, IUCN, 1995. p.197-205.
- TIMMERS, J.F.; MESQUITA, C A B.; PINTO, L.P.S. *Ampliação da rede de Unidades de Conservação de Proteção Integral no Sul e Extremo Sul da Bahia*. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia, Associação Flora Brasil, Conservation International. Relatório encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente. **Não publicado**. 2002. 95p.
- WIEDMANN, S.M.P. *As Reservas Particulaes do Patrimônio Natural*. Anais do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. Universidade Livre do Meio Ambiente, Curitiba, Brasil, 1997. p3-14.